

Mais vazamentos à vista

Para governo, solo em área com 7 quilômetros de diâmetro no campo da Chevron pode estar abalado

Bruno Rosa, Ramona Ordoñez e Luiza Xavier
economia@oglobo.com.br

Com o anúncio do segundo derramamento de petróleo no campo de Frade, da Chevron, na Bacia de Campos, o governo trabalha com o pior dos cenários e já prevê vazamentos em série no local. A hipótese, que estaria em estudo pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e pelo Ibama, é que o afundamento do solo e as fissuras nas rochas, detectadas pela petroleira na semana passada, podem estar num raio de 3,5 quilômetros a partir da plataforma, de acordo com uma fonte que acompanha o caso, ou seja, uma área com diâmetro total de sete quilômetros.

De acordo com essa mesma fonte, o cenário é preocupante, pois ainda não há tecnologia disponível para atenuar o problema, classificado como inédito por especialistas. Procurada pelo GLOBO, a Chevron não confirma nem nega as possibilidades de abalo do solo marinho na região e de novos vazamentos. Mas, por e-mail, afirma que a decisão de pedir autorização à ANP para suspender temporariamente a produção no último dia 15 foi “uma medida de precaução e visa à realização de um amplo estudo técnico para o melhor entendimento da estrutura geológica” do campo. A gigante americana admite que “o campo é muito mais complexo do que os estudos revelaram”. E acrescenta: “Parar a produção vai nos permitir estudar e entender melhor as complexidades geológicas da área.”

— A área está muito fragilizada. Todo o solo dessa região, em um diâmetro de sete quilômetros, pode afundar. O óleo está saindo pelas fissuras, que ainda não foram dimensionadas. Ou seja, ninguém tem um conhecimento sobre o que está acontecendo — disse a fonte.

O oceanógrafo David Zee confirma que é possível que ocorram, sim, novos vazamentos na área, dadas as características geológicas da região, que tem solo poroso:

— Na perfuração, houve uma pressão muito grande. É como bater em um único ponto de uma pedra, de um diamante, que irá provocar várias rachaduras em volta. Com a pressão, existe a hipótese de um óleo residual encontrar saídas pelas áreas cimentadas. Isso seria um desdobramento, uma invasão do óleo residual, que estaria saindo de um lugar para o outro. Outra possibilidade seria um novo vazamento, não apenas residual — avaliou.

Empresa estuda deixar o país

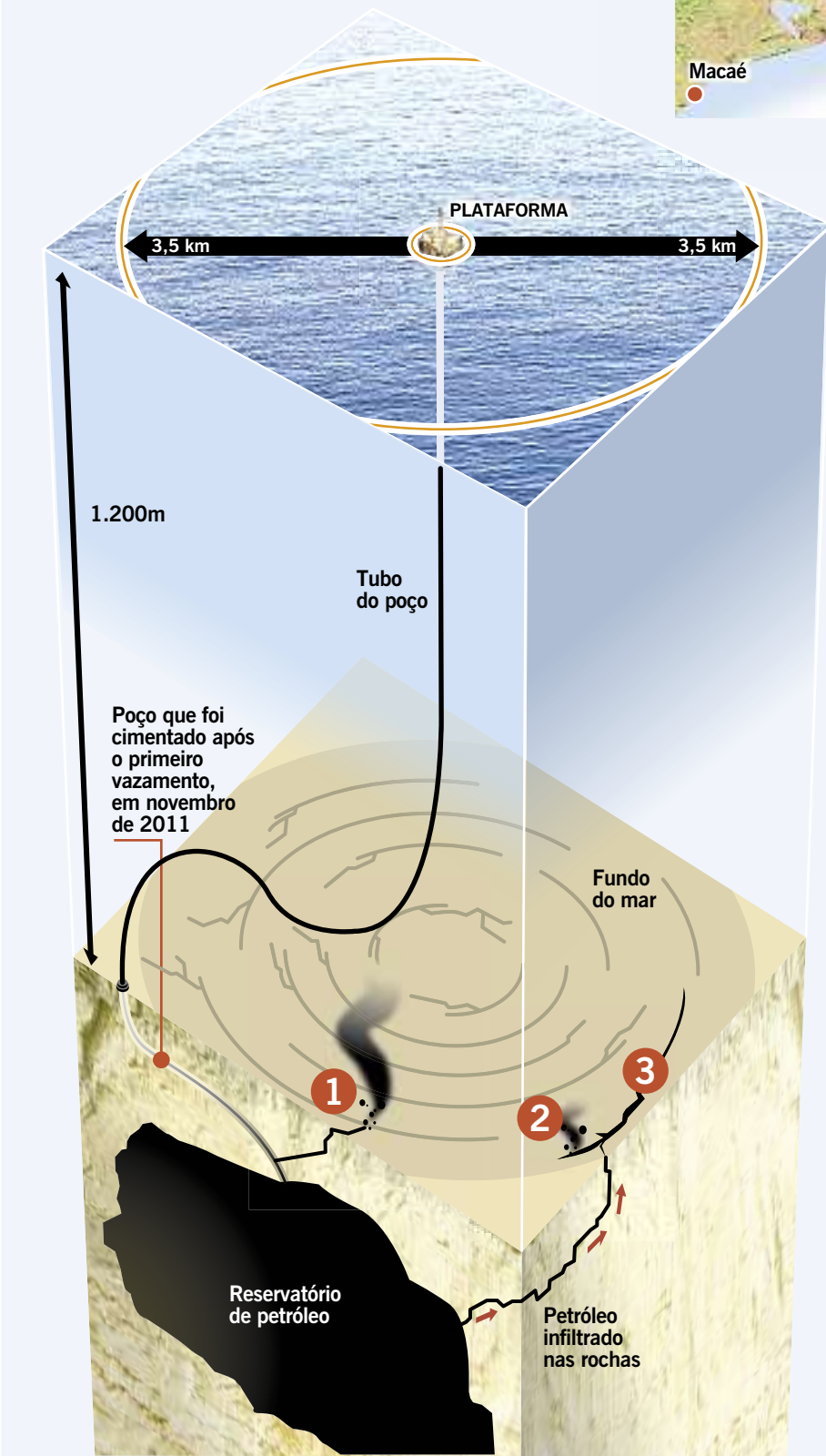
Os sérios problemas que a Chevron está enfrentando no campo de Frade poderão levar a companhia a deixar o país. Segundo uma fonte, a análise que está sendo feita pela matriz da companhia, nos Estados Unidos, teria demonstrado perda de interesse em continuar investindo no Brasil.

Em novembro do ano passado, houve vazamento de 2,4 mil barris de petróleo, a 400 metros da plataforma que fazia a exploração. No início deste mês, foi detectado novo derramamento, desta vez a três quilômetros do primeiro acidente. A empresa diz que apenas cinco litros vazaram no oceano, mas, para especialistas e a Polícia Federal, o número pode ser bem maior. Acredita-se que o segundo acidente seja consequência do anterior. Após sobrevoar o local na última sexta-feira, a Marinha informou que a mancha é tênue e tem um quilômetro de extensão.

Ao sair da fissura (com extensão de 800 metros) no solo do oceano, o óleo leva entre nove e 14 horas para chegar à superfície, diz o delegado

O TAMANHO DO PROBLEMA

O governo acredita que novos vazamentos possam ser detectados no campo de Frade. A área, cujo solo é poroso, sofreu danos quando a Chevron explorava petróleo. A hipótese é que o afundamento do solo e as fissuras nas rochas tenham chegado a um raio de 3,5 quilômetros a partir da plataforma



CRONOLOGIA DOS VAZAMENTOS

- 1 7 de novembro de 2011**
A Chevron identifica o primeiro vazamento no campo de Frade, na Bacia de Campos. No dia 10 do mesmo mês, o problema foi anunciado pela empresa. Houve o derramamento de 2,4 mil barris de óleo, gerando uma mancha de cerca de 163 quilômetros quadrados na superfície do oceano
- 2 4 de março de 2012**
A Chevron descobre uma nova mancha de óleo no mesmo campo
- 3 13 de março de 2012**
Nove dias depois da identificação da mancha, a companhia descobre de onde vinha o petróleo: de uma fissura de cerca de 800 metros de extensão a três quilômetros a leste do poço onde houve o vazamento de novembro, quando a Chevron fazia atividade de perfuração. No mesmo dia, comunica à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Pequenas bolhas são detectadas saindo da fissura, e o volume estimado do vazamento pela Chevron é de cinco litros. Mas especialistas, Polícia Federal e Marinha acreditam que o volume é muito maior. A empresa instala o sistema de captação de óleo, que utiliza desde o fim do ano passado nas outras fissuras, das quais ainda vazava petróleo
- 4 15 de março de 2012**
A empresa pede autorização à ANP para suspender temporariamente a produção do campo de Frade, onde são produzidos 61.500 barris por dia
- 5 17 de março de 2012**
A Marinha anunciou que a mancha de óleo é tênue e tem um quilômetro de extensão. A 4ª Vara Federal Criminal do Rio proíbe 17 executivos e funcionários da Chevron e da Transocean de deixarem o país

federal Fábio Scliar, responsável pelo inquérito do acidente de novembro. A Chevron não sabe dizer quantas fissuras há no campo.

O secretário de Ambiente do Estado do Rio, Carlos Minc, diz que também está preocupado com a possibilidade de ocorrer um novo vazamento. Segundo ele, as três cimentações que feitas pela empresa após o primeiro vazamento não foram suficientes para impedir o surgimento de fissuras, já que a perfuração inicial danificou o solo marinho:

— Ninguém pode afirmar com certeza de que, daqui a três semanas, não irá ocorrer um novo vazamento.

Por parar de produzir, as perdas chegam a US\$ 7,9 milhões por dia para o consórcio liderado pela Chevron, segundo cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), que utilizou a cotação do óleo Brent (de referência), de US\$ 128,14 o barril. Só a Chevron, dona de 51% do campo, terá perda de US\$ 4 milhões. A Petrobras, com 30% de participação, vai perder US\$ 2,3 milhões. A japonesa Inpex, com 18,26%, terá uma redução de US\$ 1,4 milhão. A capacidade de extração é de 80 mil barris por dia no campo de Frade.

Segundo uma fonte, a ANP e a Che-

vron também não vêm se entendendo. Após o primeiro vazamento, a agência pediu que a petroleira furasse um poço de alívio, poço secundário usado para aliviar a pressão no subsolo, mas a companhia disse que o recurso não era necessário. Ontem, a empresa e a ANP não comentaram o assunto.

— A Chevron diz que não vai furar um novo poço porque diz que não é preciso. A ANP recebeu a sugestão de entrar na Justiça para resolver o caso e está analisando — diz essa fonte.

Desde sábado, por decisão da 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, 17 executivos da petroleira e da Transocean, contratada pela Chevron para perfurar o poço, estão impedidos de deixar o Brasil. Entre eles, estão o presidente da Chevron, George Buck, e Guilherme Dantas Rocha Coelho, diretor-geral da Transocean. Ao todo, há cinco brasileiros, seis americanos, dois franceses, dois australianos, um canadense e um inglês. A liminar foi concedida ao Ministério Público Federal.

Até ontem, as companhias ainda não haviam entrado com recurso no Tribunal Regional Federal (TRF), cujo expediente encerrou às 17h. Hoje, a decisão será encaminhada à Justiça Federal de Campos, que notifica-

rá os 17 funcionários das duas empresas. As companhias não serão notificadas. A Chevron disse que acatará qualquer decisão legal e vai defender os seus empregados.

Há a possibilidade de a Polícia Federal abrir novo inquérito contra a Chevron. Mas isso só vai ocorrer se a ANP verificar que a petroleira não está recolhendo o óleo de forma adequada.

— Mas não há uma expectativa nesse sentido — disse o delegado Scliar.

Na quarta-feira, o procurador da República Eduardo Santos de Oliveira vai oferecer denúncia criminal na Justiça Federal de Campos. Na denúncia, as duas empresas e os 17 envolvidos vão responder por crime ambiental e falsidade ideológica. Somadas, as penas podem chegar a 20 anos.

David Zee considera esse novo acidente um transtorno para a imagem do Brasil como país que pretende se tornar um grande produtor de petróleo:

— Pode ocorrer uma nova síndrome da Amazônia: o mundo inteiro acha ótimo a biodiversidade das flores, mas não considera o país capaz de mantê-la, de impedir sua destruição. Com esses acidentes, a capacidade do Brasil de manter a Amazônia azul (a riqueza contida no mar) pode vir a ser questionada mundialmente — disse.■

Também no governo faltou comunicação

Danilo Fariello
danilo.fariello@bsb.oglobo.com.br
Mônica Tavares
monica.tavares@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. A falta de coordenação entre os órgãos do governo atrasou a divulgação do novo vazamento de petróleo da Chevron na Bacia de Campos e, consequentemente, as ações para contê-lo, às vésperas de sediar a conferência mundial Rio+20. No dia 13, enquanto a nova diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, anunciava o encerramento das investigações sobre o vazamento no campo de Frade em novembro de 2011, o Ibama já registrava em seus sistemas a informação, enviada pela própria Chevron, de que o petróleo voltava a vaziar. Mas nada foi repassado a Magda.

No dia 14, o presidente para a África e América Latina da Chevron, Ali Moshiri, e o presidente da empresa no Brasil, George Buck, se encontravam com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em Brasília. Na saída do encontro, disseram à imprensa que queriam retomar as atividades no campo de Frade o mais brevemente possível. Mas o novo vazamento não foi abordado na reunião. Desde então, Lobão também não se pronuncia sobre o assunto.

Naquele mesmo dia, a ANP autuava a empresa por não mostrar salvaguardas para evitar novos vazamentos e determinava a instalação de um coletor no novo ponto por onde o petróleo saía.

No dia 15, a Chevron tornou público o problema. Mas dizia que era um vazamento de apenas cinco litros. O diretor de Assuntos Corporativos da Chevron, Rafael Jaen, dizia não haver relação entre os dois vazamentos. Mas o Ibama falava, no mesmo dia, segundo informações preliminares, que o novo incidente era “provavelmente decorrente do vazamento de novembro de 2011”.

No sábado (17), ou seja, quatro dias depois de o governo ter sido notificado do novo incidente, veio a público a informação, por meio de nota da Marinha (conjunta com ANP e Ibama), de que havia uma mancha “de mais de um quilômetro” de extensão.

Essa demora dificulta o controle dos estragos de vazamentos, explica o pesquisador Claudio Egler, especialista em Geoeconomia da UFRJ:

— Nesses primeiros momentos é que as principais medidas precisam ser tomadas para evitar ao máximo a propagação.

Uma saída para evitar ou minimizar esses desencontros no governo em ações contra vazamentos é a implantação do Plano Nacional de Contingência (PNC). Ele já está pronto, mas ainda falta aprovação de todos os ministros envolvidos e da presidente Dilma Rousseff. O plano define orçamento e papéis de Marinha, ANP e Ibama para atuação nesses casos, além de estabelecer meios para tornar mais ágil a comunicação entre eles e a reação às emergências.

VOCÊ NÃO PRECISA MAIS
ESCOLHER ENTRE LER UM
LIVRO OU VER TELEVISÃO.



Livros que Amei :: terça-feira, 22h30
Afinando a Língua :: terça-feira, 22h
Umás Palavras :: sexta-feira, 21h30

Parceiros mantenedores: CNPQ/ESP/FEUAM/Fundação Brasileira/Fundação Ita Social/Fundação Vale/Gerdau/Rede Globo/SEBRAE/Turner Broadcasting System/Votorantim



o canal que liga você
futura.org.br